

A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (UNIVESP)

Assunção, Andréia Maria de Lima - UNIVESP - amlassuncao@gmail.com
Zapata, Paula Daniela Marques - UNIVESP - zapata.pauladaniela@gmail.com
Sanchez, Livia Pizauro - UNIVESP - livia.sanchez@univesp.br
Lucon, Cristina Bressaglia - UNIVESP - cristina.lucon@univesp.br

Resumo:

Este trabalho se dedica a refletir sobre os percursos de constituição da Comissão de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Para tanto, foram salientados os aspectos históricos de sua implementação de maneira atenta às contingências sociopolíticas que lhes eram subjacentes, com vistas a constituir um exercício crítico-reflexivo exploratório acerca de seus efeitos e impactos em uma dimensão local, desvelando como as categorias equidade e inclusão são singularmente acionadas. Os recursos metodológicos adotados foram alicerçados nos princípios da pesquisa-ação e apoiados pelo procedimento de análise documental. O percurso delineado demonstra que a Comissão de Acessibilidade foi criada em resposta ao crescimento expressivo de vagas na universidade, o qual refletiu no aumento fundamental da presença de pessoas com deficiências e necessidades educacionais específicas (NEEs) no corpo discente. Diante disso, foi necessário que a estrutura pedagógica e os sistemas acadêmicos da universidade fossem aprimorados. No entanto, as altas taxas de evasão entre alunos com NEEs apontam para a relevância de que ações e estudos sistemáticos sejam desenvolvidos. Em suma, as discussões empreendidas sinalizam que, apesar de certos níveis de democratização do acesso tenham sido alcançados, processos de aperfeiçoamento contínuos são estritamente necessários para que o tripé acesso, permanência e titulação/êxito seja materializado.

Palavras-chave: Educação a Distância, Universidade Pública; Inclusão; Equidade.

Introdução

O presente trabalho tem como propósito discorrer acerca do histórico de implementação da Comissão Geral e Permanente de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), dedicada ao desenvolvimento de ações sistemáticas para a implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outras legislações correlatas. Para tanto, as taxas de ingresso, permanência e titulação acadêmica de estudantes ingressantes a partir do ano de 2019 são, complementarmente, trazidas à análise. Com isso, busca-se

especificar como os conceitos de inclusão, acessibilidade e equidade são mobilizados e operacionalizados, levando em consideração as particularidades inscritas no modelo de educação a distância desta universidade pública em específico.

Para tanto, procederemos com um exercício crítico-reflexivo que tomará como níveis de investigação a análise documental (André, 2003) e os princípios da pesquisa-ação (Corey, 1975).

As análises empreendidas sinalizam que a crescente adesão de instituições de ensino superior brasileiras à modalidade de educação a distância como estratégia para a expansão desse nível educacional, ocorre de maneira contemporânea à intensificação das disputas político-sociais em prol da democratização da educação universitária e da ampliação de dispositivos legais voltados à promoção da acessibilidade e da inclusão. Esse cenário reinaugura e tensiona debates que problematizam as relações entre democratização, massificação, qualidade, equidade e produção de sucesso e fracasso escolar.

Nesse sentido, a expansão da UNIVESP tem desempenhado um papel estratégico na ampliação do acesso ao ensino superior, ao contemplar estudantes que, por diversos fatores, sejam eles socioeconômicos e/ou geográficos, não tinham condições de frequentar instituições presenciais. Contudo, processos de aperfeiçoamento contínuos são estritamente necessários para que o tripé acesso, permanência e titulação/êxito seja efetivamente materializado.

Metodologia

O procedimento analítico-reflexivo ora desenvolvido, se serve da articulação entre a técnica de análise documental, tal como concebe André (2003), e a metodologia de pesquisa-ação (Corey, 1954).

O conjunto de documentos e informações selecionados para a presente análise considerou i) o Relatório de Atividades da Comissão Geral e Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Univesp, cujo escopo descreve as ações desenvolvidas no período de setembro de 2022 a abril de 2025, ii) e o Plano de Trabalho, dedicado ao planejamento das ações previstas para o período de julho de 2025 a dezembro de 2027. Assim, os documentos foram eleitos no sentido de propiciar uma análise que considere uma projeção temporal mais abrangente ao abarcar as ações pregressas, atuais e futuras desta Comissão, tendo sido analisados a partir da metodologia de análise compreensiva.

De maneira complementar, os princípios da pesquisa-ação foram acionados em decorrência de seu potencial orientador para o desenvolvimento de investigações baseadas na própria prática (Corey, 1975), ao propiciar que as ações de caráter pedagógico da Comissão fossem colocadas em análise por intermédio dessa pesquisa. Os princípios da pesquisa-ação estabelecem que processos de tomada de consciência

e autorreflexão são potencializados quando as próprias práticas educacionais e pedagógicas das pessoas educadoras são tomadas como objeto de investigação e ferramenta de desenvolvimento profissional (Assunção, et al., 2024). Por meio disso, as experiências práticas que constituem o histórico de constituição da comissão puderam ser articuladas aos registros documentais ora analisados.

Referencial Teórico

Ao longo das últimas décadas, políticas sociais destinadas à expansão do acesso à educação universitária pública têm sido significativamente implementadas no Brasil (Barbosa, 2019). Para mencionar algumas dessas políticas, destacamos, dentre outras existentes, i) o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que estabelece a modalidade de educação a distância no país para a ampliação e a interiorização da oferta de educação superior e ii) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que estipulou como meta dobrar o número de estudantes em cursos de graduação nos dez anos seguintes. Houve ainda, políticas centradas nas universidades privadas, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), estabelecido pela Lei n.º 11.096, de 2005.

A constituição de políticas de caráter expansionistas foi acompanhada de reivindicações político-sociais que inscreveram tensionamentos aos seus respectivos processos de implementação em prol do aperfeiçoamento destas. Tais mobilizações visaram a incorporação de valores vinculados à democratização não apenas do acesso, mas das condições de permanência e titulação/êxito (Oliveira, 2021).

Mediante isso, o movimento expansionista do sistema educacional nacional passou a ser aperfeiçoado pelas políticas atinentes à universalização de direitos e à promoção de equidade, como, por exemplo, por intermédio da i) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, que objetiva assegurar os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para a sua inclusão e cidadania nos diversos espaços sociais, incluindo as instituições de ensino nos diversos níveis, e ii) a reconhecida Lei de Cotas, n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que estabelece sobre a reserva de vagas e as condições de ingresso nas instituições e universidades brasileiras.

Apesar dos tensionamentos instituírem medidas para que os dispositivos de universalização do acesso à educação universitária fossem realizados de maneira atenta à promoção da equidade e da inclusão, as políticas sociais intencionadas à implementação de algum nível de democratização acabam por reproduzir em seu interior aspectos daquilo que intenta combater, corroborando para a manutenção de desigualdades nos termos de uma inclusão marginal (Martins, 1997). Segundo Barbosa (2019), uma das expressões desse fenômeno se desdobra, particularmente, quando os

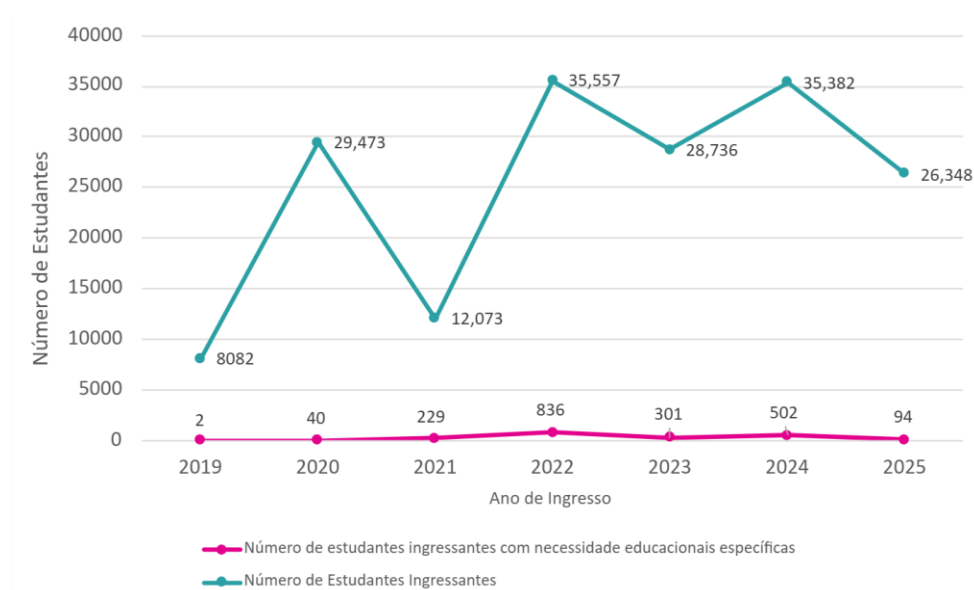
grupos sociais beneficiários são encaminhados aos setores, áreas e instituições menos prestigiadas da educação universitária.

Nesse aspecto, apesar da relevância dessas políticas, elas não são isoladamente capazes de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas universidades, uma vez que não necessariamente alteram a estrutura universitária. Para o delineamento de um espaço social fundamentalmente aberto à diversidade, processos de reconhecimento que mobilizem mudanças conceituais, organizacionais e pedagógicas a partir do trânsito entre perspectivas e do tensionamento das hegemonias que compõem o *status quo* universitário se fazem também necessários (Cabral, 2019).

Resultados e Discussão

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), criada em 2012 pela Lei nº 14.836, é uma instituição de ensino superior que atua, exclusivamente, na modalidade de educação a distância. Em uma breve análise de seus momentos históricos de crescimento expressivo, destaca-se que, a partir de 2017, ocorreu a implementação de políticas de expansão com a pretensão de atingir uma parcela ainda maior da população interessada em cursar o ensino superior. A UNIVESP tem desempenhado um papel significativo na ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo, em algum nível, para a democratização educacional ao alcançar parcelas da população historicamente marginalizadas ou com acesso limitado às instituições universitárias.

Figura 1 – Progressão numérica anual de estudantes ingressantes na instituição geral e com NEEs



(Fonte: As autoras).

A Figura 1 evidencia um crescimento no número de estudantes ingressantes na graduação entre 2019 e 2020, com um aumento exponencial no período. Em contrapartida, os anos de 2021 e 2025 registraram quedas acentuadas. Observa-se, ainda, que o acréscimo no quantitativo geral de ingressos reflete no crescimento relativamente proporcional de estudantes com NEEs.

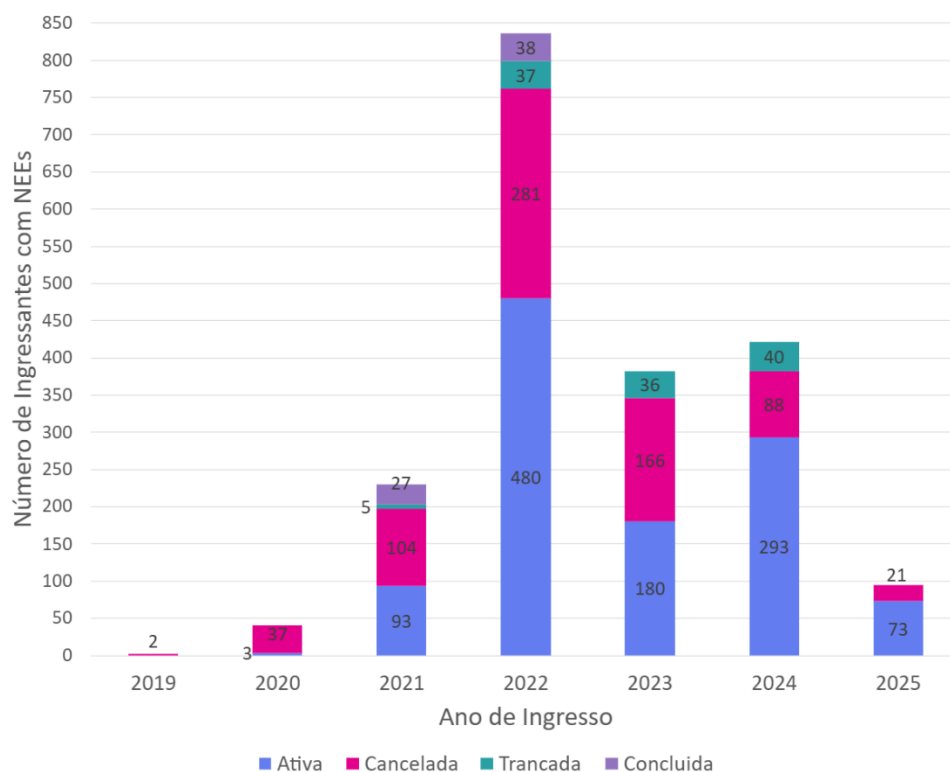
Apesar dos índices encontrados, que sugerem que a ampliação de cursos EaD favorecem o ingresso de pessoas com deficiência e NEEs, salienta-se que não necessariamente traduzem melhorias nas condições de permanência e titulação. Esse aumento quantitativo trouxe consigo desafios qualitativos, especialmente no que se refere à inclusão efetiva de alunos com NEEs. A instituição, embora empenhada, não estava plenamente estruturada para atender de forma adequada e abrangente às demandas específicas desse público.

Em resposta a essa demanda, a partir de 2018, a UNIVESP passou a adotar medidas voltadas à acessibilidade, como i) a concessão de tempo adicional para realização de disciplinas e provas, ii) a inclusão de recursos como Libras e audiodescrição em videoaulas, iii) adequação de materiais didáticos para compatibilidade com leitores de tela, iv) a orientação de docentes conteudistas sobre a adoção de linguagem inclusiva, v) a tradução de textos e provas para o sistema Braille e vi) a produção de materiais táteis.

No segundo semestre de 2020, foi criado o Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade da Univesp, que identificou a necessidade de aprimoramentos em diversas frentes. Posteriormente, esse grupo deu origem ao que foi convencionada como a Comissão de Inclusão e Acessibilidade da Univesp. E, em setembro de 2022, foi instituída a Política Geral de Acessibilidade e Inclusão da UNIVESP, que oficializou a criação da Comissão, estabelecendo diretrizes voltadas ao atendimento de estudantes com NEEs.

A fim de analisar de maneira progressiva os eventuais impactos das medidas de acessibilidade e inclusão discutidas, na Figura 2, são apresentados os dados sobre o número de ingressantes na graduação com NEEs por ano e o que ocorreu durante a sua trajetória no ensino superior.

Figura 2 – Trajetória de estudantes nos cursos de graduação da UNIVESP por ano de ingresso



(Fonte: As autoras).

A Figura 2 ilustra o seguinte cenário: dos estudantes com NEEs, 815 cancelaram ou trancaram a matrícula, 1.122 permanecem ativos e apenas 65 lograram a conclusão do curso. Esses dados revelam que aproximadamente metade dos alunos com NEEs enfrentam barreiras que comprometem sua permanência e êxito acadêmico¹.

Por outro lado, constata-se uma evolução significativa nas políticas de apoio aos estudantes ao longo dos anos. A partir de 2022, ano de instituição da comissão, observa-se que o número de ingressantes que permaneceram ativos em seus respectivos cursos superou o daqueles que solicitaram o cancelamento de matrícula. Tal cenário reforça a relevância da comissão na promoção da permanência e formação dos discentes. No entanto, evidencia-se a urgência na manutenção de ações estruturantes e contínuas no âmbito institucional, com vistas à consolidação de uma cultura de inclusão efetiva.

Conclusão

A trajetória da UNIVESP revela um esforço contínuo para democratizar, em algum nível, o acesso ao ensino superior por meio da educação a distância. Com o objetivo de, cada vez mais, disponibilizar uma educação inclusiva e equânime, foi criada a Comissão

¹ Para uma maior acurácia, a análise carece de aprofundamentos por meio de estudos comparativos entre as trajetórias acadêmicas de estudantes com necessidades específicas e do conjunto de estudantes da instituição, bem como estudos de impacto das políticas institucionais nessas trajetórias.

Permanente de Inclusão e Acessibilidade e a instituição da Política Geral de Acessibilidade e Inclusão na universidade. Contudo, os dados revelam que, apesar dos progressos, ainda persistem desafios que comprometem a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. E as altas taxas de evasão entre alunos com NEEs apontam para a necessidade de investimentos mais robustos para que ações sistemáticas sejam desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, A. M. L.; EDELSTEIN, M. L.; AQUINO, T. G.; BLIKSTEIN, P.; FELIX, A.; SILVA, A. R. Action Research as a Professional Development: Fostering a Professional Learning Community in Brazil. In: **Proceedings of the 18th International Conference of the Learning Sciences – ICLS 2024**. International Society of the Learning Sciences, Buffalo, NY, 2024. [p. 2351-2352]. Disponível em: <<https://repository.isls.org/handle/1/11012>>. Acesso em: 03 set. 2025.

BARBOSA, M. L. O. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?. **Rev. Educ.** PUC - Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v24n2/2318-0870-edpuc-24-2-240.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2025.

CABRAL, L. S. A. Políticas de Ações Afirmativas, Pessoas com Deficiência e Reconhecimento das Identidades e Diferenças no Ensino Superior Brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, p. 57, 2018. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3364>>. Acesso em: 3 set. 2025.

JENSEN, G. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

OLIVEIRA, H. D. F. O tripé: acesso, permanência e êxito na educação brasileira. **Rev. Eixo**, v. 10, n. 1, p. 46-52, 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://arquivorevistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/809>>. Acesso em: 03 set. 2025.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.